



ESTE - Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.
CNPJ/MF nº 26.643.937/0001-79

Relatório da Administração

A ESTE auferiu a sua receita em função da disponibilidade nas instalações sob sua operação. Os indicadores que demonstram a disponibilidade no exercício foram: Dados operacionais: 2023 2022 Disponibilidade (%) 100,00% 100,00% A disponibilidade representa a proporção entre a quantidade de horas em que as funções de transmissão encontram-se disponíveis em um determinado período e o total de horas no período considerado. **Pesquisa e desenvolvimento - P & D:** Em 2023, a ESTE realizou os projetos: 1. Gestão de P&D 2023/2024

e 2. Machine Learning e fadiga multiaxial para cabos condutores: fabricação de dispositivo e desenvolvimento de aplicativo Android para monitoramento e cálculo da vida residual de linhas de transmissão. Detalhes dos projetos de P&D encontram-se no site www.tbe.com.br. **Responsabilidade social:** Com o intuito de contribuir de forma efetiva na ampliação do acesso à cultura, educação de qualidade, prática de esportes e saúde a ESTE apoiou em 2023 diversos projetos sociais, através das leis de incentivo, dentre os quais destacamos: Fundação Bienal, Associação Passos Mágicos, Cia de Ballet de Cegos da Associação

Fernanda Bianchini, Brain SP (Teatro Claro), Instituto Sports, Instituto Tiago Camilo, Obras Sociais Universitárias e Culturais (CEAP), Instituto Verdescola, Hospital São José de Criciúma e Instituto Jó Clemente (APEAF SP). **Desempenho econômico-financeiro:** As demonstrações contábeis apresentadas estão em conformidade com o padrão contábil estabelecido pelo *International Accounting Standards Boards* - IASB, e de acordo com a Lei 11.638/07, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Normas Contábeis Contábeis (CPC's). No exercício de 2023, os resultados da ESTE foram:

	Regulatório	Societário
Lucro líquido	51.654	94.006
EBITDA	129.475	168.962

Finalmente, queremos dizer consignados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da ESTE.

Balanco Patrimonial
31 de dezembro de 2023 e 2022

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	28.114	35.350
Investimento curto prazo	5	9.971	1.330
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissonárias		5.213	9.652
Ativo contratual da concessão	6	123.200	118.118
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		146	48
Outros tributos compensáveis		76	86
Outros ativos		692	133
		167.412	164.717
Ativo Não Circulante			
Títulos e valores mobiliários		-	94
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissonárias		4.969	3.191
Ativo contratual da concessão	6	1.299.565	1.260.410
Outros ativos		167	199
Imobilizado		16	103
Intangível		20	19
		1.304.737	1.264.016
Total do Ativo		1.472.149	1.428.733

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo			
Passivo Circulante			
Debêntures e arrendamento mercantil	8	(325)	1.200
Fornecedores	7	14.278	17.444
Imposto de renda e contribuição social a pagar		6.425	7.326
Outros tributos a pagar		3.869	2.918
Dividendos a pagar		21.497	45.770
Encargos regulatórios	9	797	418
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	11	11.843	11.355
Outros passivos		1.942	1.444
		60.326	87.875
Passivo Não Circulante			
Debêntures e arrendamento mercantil	8	571.148	542.110
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	228.469	214.190
Encargos regulatórios	9	410	326
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	11	124.927	121.163
Outros passivos		221	-
		925.175	877.789
Total do Passivo		985.501	965.664
Patrimônio Líquido			
Capital social	13	88.142	88.142
Reservas de lucro	13	334.018	349.672
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	13	64.488	25.255
		486.648	463.069
Total do Patrimônio Líquido		1.472.149	1.428.733

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	Reservas de lucros		Proposta de distribuição de dividendos adicionais		Lucros acumulados	Total
	Reserva especial para incentivos fiscais	Reserva de lucros a realizar	Reserva de lucros	Reserva de lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2021	69.842	11.258	-	-	-	357.089
Pagamento de dividendos sobre lucros a realizar	-	-	(56.000)	-	-	(56.000)
Aumento de capital	-	-	-	-	-	18.300
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	189.451
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	6.370	-	-	-	(6.370)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(45.771)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	25.255	(25.255)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	42.055	-	(42.055)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	70.000	-	(70.000)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	88.142	17.628	289.989	42.055	25.255	463.069
Pagamento de dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	(25.255)	(25.255)
Pagamento de dividendos sobre lucros a realizar	-	-	(23.675)	-	-	(23.675)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	94.006
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-
Reserva de incentivo fiscal	-	-	8.021	-	-	(8.021)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(21.497)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	64.488	(64.488)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	88.142	17.628	8.021	266.314	42.055	486.648

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2023

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A. ("ESTE" ou "Companhia") foi constituída em 11/11/2016, com a finalidade de explorar serviços de transmissão de energia elétrica, nos moldes definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), correspondente ao Lote 22 do Leilão ANEEL nº 13/2015 - 2ª Etapa - República, cujo investimento previsto pela ANEEL é de R\$485.841, Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na Rua das Olimpíadas, 66 - 8º andar - Sala K - São Paulo - SP. A ESTE possui o direito de explorar, diretamente ou mediante contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção	Data da entrada em operação comercial
019/2017	30	2047	140,527	IPCA	fev/22

(*) A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 3.216 de 04/07/2023. RAP acrescida de PIS e COFINS, conforme definido contratualmente o valor será de R\$154.850. O contrato de concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da ESTE entende, que ao final do prazo de concessão, os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se divulgada na nota explicativa "Ativo contratual da concessão".

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 06 de março de 2024. **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Base de preparação e apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requerido pelas normas contábeis. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da ESTE. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. **2.4. Estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam a aplicação de políticas contábeis e determinam os valores registrados. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: contabilização dos contratos de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação da margem de lucro, determinação das receitas de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção, determinação da taxa de juros de desconto do ativo contratual, constituição de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos ambientais, fiscais, civis e trabalhistas. **Contabilização de contratos de concessão:** Na contabilização dos contratos de concessão, a ESTE efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e receita de operação e manutenção como ativo contratual. **Momento de reconhecimento do ativo contratual:** A Administração da ESTE avalia o momento de reconhecimento do ativo contratual com base nas características econômicas do contrato de concessão, na medida em que satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão e na medida que incorre com os gastos de operação e manutenção, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos, observando as margens de construção. Após a entrada em operação comercial inicia-se o reconhecimento da receita de O&M calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem. A parcela do ativo contratual indenizável, existente é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. **2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: Determinação da margem de lucro:** A margem de lucro é calculada para cada tipo de obrigação de performance. A margem de construção é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. A margem de construção é revisada anualmente, na entrada em operação do projeto, quando ocorrerem indícios de variações relevantes na evolução da obra. A margem de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão. **Determinação da taxa de desconto do ativo contratual:** A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro do ativo contratual na data do início do contrato de concessão em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos. Quando o Poder Concedente, por meio da Revisão Tarifária Periódica - RTP, revisa as receitas que a ESTE tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como outros receitas (despesas) operacionais no resultado. **Determinação das receitas de implementação da infraestrutura:** Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada

para cada empreendimento/projeto. **Determinação das receitas de operação e manutenção:** Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido considerando a margem de operação e manutenção, conforme contraprestação dos serviços. **P.V. (Parcela variável):** A Companhia dispõe de um percentual, apurado com base nas parcelas variáveis históricas para cobrir os eventuais custos com perturbações no sistema elétrico.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Reconhecimento da receita: Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual dá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: **3.1.1. Receita de implementação de infraestrutura:** Refere-se à receita relativa a obrigação de performance relacionada aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo na proporção dos custos incorridos, corrigido pelo índice inflacionário e do diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Para estimar essa receita de implementação de infraestrutura, a Companhia utiliza um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, além de determinadas despesas do exercício, por esse motivo os projetos empretem margem suficiente visando cobrir os custos em questão e também das contribuições e encargos regulatórios. **3.1.2. Receitas de remuneração dos ativos da concessão:** Refere-se aos juros recebidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço e de linha. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, que é registrada na rubrica "ativo contratual de concessão" e determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. **3.1.3. Receitas de operação e manutenção:** As receitas de operação e manutenção tem início após a fase de construção e são reconhecidas conforme parâmetros regulatórios definidos no contrato de concessão, as quais embrem margem suficiente para cobrir os custos dos serviços incorridos e também das contribuições e encargos regulatórios. As receitas com implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e de operação e manutenção estão sujeitas a correção monetária pela variação do IPCA e ao diferimento das contribuições para o Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, bem como Encargos Regulatórios (Reserva Global de Reversão "RGR" e Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica "TFSEE") registrados no passivo não circulante. **3.1.4. Receitas de juros:** A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. **3.2. Ativo contratual de concessão:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Ocorre a cessão de posse desses bens, que são operados nas condições previstas no contrato de concessão, para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação da qual é transferida para concessionárias e permissonárias. No cálculo do ativo contratual é estimado no início da concessão, considerando o prazo previsto no contrato e alterado em eventual prorrogação, sendo formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. Em caso de Revisão Tarifária Periódica (RTP), os recebimentos futuros são revisados e os fluxos do ativo contratual são mensurados novamente. Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto da Companhia, que é de 8% a.a., e (ii) atualizado pelo IPCA. A remuneração recebida ou a receber é alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Os ativos da concessão são classificados como: Contas a receber da Concessão - Concessionárias e permissonárias; Após o término da fase de construção, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, mensalmente, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação da qual é feita pela satisfação da obrigação de desempenho de construtor torna-se um ativo financeiro ao custo amortizado, é registrada em concessionárias e permissonárias, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para a obtenção do ativo. **3.3. Ativos financeiros:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo por meio, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Equivalentes de caixa são classificados como "valor justo por meio do resultado". Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após sua reconhecível inicial. **3.4. Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos:** A Administração da ESTE revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a ESTE não identificou nenhum indício de perda. O contrato de concessão não transfere ao concessionário a obrigação de perda por redução ao provável valor de recuperação dos ativos. **3.5. Passivos financeiros:** Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Após o reconhecimento inicial, debêntures, contratos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	(Em milhares de reais)	
	31/12/2023	31/12/2022
Receita de operação e manutenção	24.465	20.019
Receita de implantação de infraestrutura	-	97.502
Renúnciação do ativo contratual da concessão	-	-
(-) Parcela variável	152.095	289.145
Receita Operacional Líquida	14	176.503
Custo dos Serviços Prestados		
Pessoal	(2.162)	(1.442)
Material e serviços de terceiros	(1.170)	(863)
Outros	(415)	(278)
Custo de implementação de infraestrutura	15	(56.966)
Lucro Bruto	172.756	347.117
Despesas Operacionais		
Pessoal e administradores	(2.699)	(1.906)
Material e serviços de terceiros	(581)	(398)
Depreciação e amortização	(99)	(350)
Outras despesas operacionais líquidas	19	(437)
	(3.816)	(33.805)
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	168.940	313.312
Resultado Financeiro		
Receitas financeiras	17	4.936
Despesas financeiras	17	(54.359)
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda	119.517	266.198
Imposto de Renda e Contribuição Social		
Imposto de renda e contribuição social - correntes	18	(11.232)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	10 e 18	(14.279)
Lucro líquido do exercício	94.006	189.451

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	(Em milhares de reais)	
	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	94.006	189.451
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	94.006	189.451

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. **3.6. Instrumentos financeiros - Apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.7. Encargos regulatórios:** Os encargos regulatórios de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Ministério de Minas e Energias (MME), são programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as concessionárias transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. A Reserva Global de Incentivo Fiscal (RGI) é um encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica, sendo que seu valor anual equivale a 2,6% da RAP e E os valores da Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE), são incididos sobre a emissão de energia elétrica e são equivalentes a 0,4% da RAP. Estes saldos estão refletidos no não circulante na rubrica "Contribuições e encargos regulatórios diferidos", o valor destinado a esses programas, conforme período previsto para a realização dos investimentos. **3.8. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a ESTE possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. **3.8.1. Provisões** para demandas judiciais e administrativas: As provisões para demandas judiciais e administrativas são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções, decisões nos processos ou exposições adotadas em relação aos casos em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.8.2. Provisões:** A ESTE avalia, na data de início do contrato aluguel, serviços prestados, entre outros, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Caso o contrato atenda a esses requisitos, a ESTE reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento. **3.10. Tributação:** 3.10.1. **Intributos sobre a receita:** As receitas da ESTE estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições: pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%; • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,60%. **3.10.2. Imposto de renda e contribuição social:** Correntes: O imposto de renda e a contribuição social da ESTE são calculados pelo regime de lucro real. **Diferidos:** Tributos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Tributos diferidos passivos são de imposto de renda e contribuição social diferidos, com base nas alíquotas de tributos (e lei tributária) vigentes na data do balanço. A ESTE possui incentivo fiscal aprovado pela SUDENE pelo prazo de até 31 de dezembro de 2032, que consiste na redução de 28,5% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração. **3.11. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023:** A Administração adotou a partir de 1º janeiro de 2023 as normas abaixo, entretanto, não há efeito material nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. • IFRS 17 - Contratos de Seguro; • Definição de Estimativas Contábeis - Alterações no IAS 8; • Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações no IAS 1; IFRS Prático Statement 2; • Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações

★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2023

14. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		
	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta	196.784	451.182
Receita de operação e manutenção	27.276	22.210
Receita de implantação de infraestrutura	—	108.175
Remuneração do ativo contratual da concessão	169.572	320.797
(-) Parcela variável	(64)	—
Deduções da receita operacional	(20.281)	(44.516)
PIS	(3.247)	(7.444)
COFINS	(14.956)	(34.290)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(1.365)	(1.145)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(713)	(1.637)
Receita operacional líquida	176.503	406.666

15. CUSTO DE IMPLEMENTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA		
	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	—	(4.431)
Material	—	(670)
Serviços de terceiros	—	(23.850)
Receitas financeiras	—	212
Custo de empréstimos capitalizados	—	(5.532)
Despesa Financeira	—	65
Indenizações	—	4.283
Adiantamento a Fornecedores	—	6.712
Máquinas e Equipamentos	—	(28.889)
Depósitos Judiciais - Servidões	—	(4.561)
Outros	—	(305)
	—	(56.966)

A Diretoria

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da **ESTE - Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.** São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da ESTE - Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia. **Mensuração do ativo contratual:** Conforme divulgado na nota explicativa 3.2 às demonstrações contábeis, a Companhia avalia que, mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo contratual pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa como contraprestação da obrigação de

ESTE - Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A - CNPJ/MF nº 26.643.937/0001-79

16. OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

Em 31/12/2023 a companhia registrou o montante de R\$437 de receitas diversas, (Em 31/12/2022 registrou o montante R\$31.151, referente, basicamente, ao efeito negativo da RTP (Revisão Tarifária Periódica) que em atendimento ao Ofício CVM 04/20 (item 2) foi registrado nessa rubrica no montante de R\$31.325. O total dessa rubrica é composto ainda do ressarcimento dos custos referentes a implantação do contrato de compartilhamento de infraestrutura no valor de R\$ 36, e diversos no valor de R\$ 138.

17. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		
	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras	4.936	4.158
Receita de aplicações financeiras	4.848	3.923
Juros ativos	50	33
Outras receitas financeiras	38	202
Despesas financeiras	(54.359)	(51.272)
Juros sobre debentures e arrendamento mercantil	(53.639)	(50.728)
Variação monetária	(268)	(147)
Outras despesas financeiras	(452)	(397)
Resultado financeiro líquido	(49.423)	(47.114)

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurada com base no regime de lucro real e debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	119.517	266.198
Alíquota fiscal	34%	34%
	40.636	90.507
IFRS 15 O&M e PIS/COFINS/RGR+taxa	(2.269)	(53.174)
(+) Adição de ajuste a valor presente - IN 1515	41.487	31.017
(-) Adição/(Exclusão) do Art. 69 Inciso IV da Lei 12.973, de maio 2014	(60.190)	(53.173)

performance de construção. Conforme divulgado na nota explicativa 6, em 31 de dezembro de 2023, o saldo do ativo contratual da Companhia era de R\$ 1.422.765 mil. O ativo contratual refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência do serviço de construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo custo incorridos, margem de construção, indenização pelos ativos não amortizados ao final da concessão e receita financeira pela remuneração dos ativos da concessão. O reconhecimento do ativo contratual e da receita de construção da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS 15 - Revenue from contract with customer), conforme divulgado na nota explicativa 2.4, requer o exercício de julgamento significativo, uma vez que a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais, mão de obra e margens de lucros esperada bem como as projeções das receitas esperadas, o que requer estimativas do tempo de duração da fase de construção. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo contratual e das respectivas receitas como um assunto significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) Avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia, e entendimento dos controles internos relacionados ao reconhecimento das receitas e custos relacionados à execução do contrato; (ii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (iv) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; (v) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo contratual; (vi) análise da alocação da contraprestação prevista nos contratos de concessão a cada uma das obrigações de performance; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP), por meio de inspeção das notas técnicas e consultas públicas emitidas pelo órgão regulador, recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP) e verificação das glosas de projetos e das

	31/12/2023	31/12/2022
Despesas e provisões indedutíveis	44	67
Outras	(25)	(25)
	19.683	10.679
Constituição de passivo (ativo) tributário diferido	14.279	66.214
Incentivo Fiscal	(8.021)	—
Lei rouanet/Esporte/FIA	(430)	(146)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	25.511	76.747
Imposto de renda e contribuição social correntes	(11.232)	(10.533)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(14.279)	(66.214)
Taxa efetiva	21,35%	28,83%

(i) A Companhia obteve o incentivo fiscal (SUDENE) em 2022 com fruição em 2023 para o Imposto de Renda conforme mencionado na nota explicativa 3.9.2. Este incentivo resulta em uma redução da alíquota média do imposto de renda diferido, calculado principalmente sobre o ativo contratual da concessão.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se de seus correspondentes valores de mercado. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a ESTE não tinha contratos em aberto envolvendo operações com derivativos. a) **Classificação dos instrumentos financeiros:** • Caixa e bancos são classificados como pelo custo amortizado; • Equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são classificados como valor justo por meio do resultado; • Debentures, líquidos dos custos a amortizar e fornecedores são classificados como outros passivos financeiros e mensurados pelo custo amortizado. b) **Hierarquia do valor justo:** A ESTE utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: • Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível II - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e • Nível III - técnicas que

Contador: Angelo Piovezan - CRC 1SP293614

usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis I e II, nem para dentro ou fora do nível III. A ESTE classifica os saldos de equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo como nível II. c) **Gerenciamento de riscos:** Os principais fatores de risco inerentes às operações da ESTE podem ser assim identificados: **Risco de crédito** - A ESTE mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a aproximadamente 1.600 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a ESTE mantém contratos regulando a prestação de seus serviços nas demais instalações de transmissão - DIT e também com cláusula de garantia bancária; **Risco de preço** - As receitas da ESTE, são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA; **Risco de taxas de juros** - A atualização dos contratos de debêntures da ESTE estão vinculados a variação do CDI; **Risco de liquidez** - A principal fonte de caixa da ESTE é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e demais instalações de transmissão - DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL. A Administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima, uma vez que monitora o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação que julgue adequados para a continuação do negócio. Adicionalmente, variações relevantes nos indexadores que definem as taxas de juros dos financiamentos da Companhia são amenizadas pelo fato do faturamento da Companhia também estar atrelado a índices inflacionários e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

20. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A ESTE oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição e plano de previdência privada de contribuição definida. Não existem benefícios pós-emprego e pagamento baseado em ações.

bases de remuneração; (x) avaliação dos seguintes aspectos relacionados aos projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos da Companhia; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de insuficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; (xi) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (xii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo contratual da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria na determinação do ativo contratual e das respectivas receitas de construção, assim como as divulgações nas notas explicativas 2.4, 3.2 e 6 são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os

riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 06 de março de 2024



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O
Edward Welichen
Sócio - Contador - CRC SP-184050/O

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 11/03/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/03/11/ESTE1574819111032024.pdf>
Hash: 17099319626490784a3ef94838bb77c5e36932c072